

Democracia na Zona do Euro em Tempos de Crise: uma interpretação¹

Aline Regina Alves Martins²

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH.
Departamento de Ciência Política.

aline@unicamp.br
aline24martins@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a desconsideração à democracia nos países da periferia da zona do euro em decorrência das políticas de austeridade fiscal impostas pela troika – grupo composto pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e líderes da União Europeia. Essa desconsideração está relacionada não somente aos aspectos puramente políticos da democracia, mas também à ideia de agência humana, que corresponde, nas palavras de Guillermo O’Donnell, ao próprio fundamento do significado empírico e normativo da democracia.

Palavras-chave: zona do euro; crise; democracia.

¹ Trabalho apresentado no Quarto Congresso Uruguaio de Ciência Política, “La Ciencia Política desde el Sur”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 14-16 de novembro de 2012.

² Bolsista Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

1. INTRODUÇÃO

A crise econômica e financeira global está atingindo duramente a União Europeia, e em especial a zona do euro. A fim de diminuir seus impactos, os governos dos países europeus inicialmente realizaram amplos programas de socorro ao setor financeiro e estímulo à economia em recessão. Dessa forma, intentava-se evitar perdas de empregos e diminuir os efeitos negativos da crise. No entanto, esses pacotes de ajuda contribuíram para o aumento do endividamento público destes países. Dessa forma, as nações da periferia da zona do euro entraram em uma crise do endividamento soberano. Os bancos, portanto, se salvaram à custa do endividamento dos governos.

O aumento das dívidas públicas dos PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), por seu turno, eleva a percepção de risco por parte dos agentes econômicos no que concerne à solvência desses governos, o que induz ao incremento do custo de refinanciamento dessas dívidas e, por essa razão, à ampliação do déficit público. Como consequência, alimentam-se as expectativas negativas de um *default* soberano.

A fim de diminuir essa percepção de risco e atender aos objetivos do mercado financeiro (representados tanto pelas agências de notação de crédito quanto pela troika – grupo composto pelo Banco Central Europeu, pelo Fundo Monetário Internacional e pela União Europeia), uma série de medidas de austeridade é imposta como pré-condição para a liberalização de pacotes de ajuda para estes países, permitindo a eles o pagamento de suas dívidas. A troika teme que uma moratória de um dos países do grupo dos PIIGS coloque em risco a estabilidade financeira do continente e o próprio euro.

As exigências do mercado financeiro, representadas pelas políticas restritivas impostas às nações em crise econômica, vêm se sobrepondo a qualquer garantia dos direitos e bem estar dos cidadãos, pondo em questão a legitimidade democrática destas políticas e da própria União Europeia. Os PIIGS, caso notório é a Grécia e Espanha, vem perdendo a capacidade de salvaguardar seus cidadãos perante as exigências da acumulação do capital.

Assim sendo, no momento em que muitos especialistas discorrem a respeito da sobrevivência do euro e da própria União Europeia, é interessante dedicar atenção às democracias europeias em função dos retrocessos nos âmbitos social e democrático decorrente das políticas de austeridade. Para Viveret (2011), a União Europeia, e especificamente, a zona do euro, não poderá evitar sua própria destruição se não prestar atenção nos problemas relacionados à democracia.

Destarte, este *paper* objetiva analisar a desconsideração à democracia nos países da periferia da zona do euro, não somente no que concerne aos seus aspectos puramente políticos, mas também no que diz respeito à ideia de agência humana, que corresponde, nas palavras de O'Donnell (2011), ao próprio fundamento do significado empírico e normativo da democracia.

Para tal, este artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução. Inicialmente, discorre-se sucintamente a respeito do crescimento da autoridade financeira privada e sua influência nas políticas estatais no mundo globalizado. Na seção 3, discutem-se as medidas de austeridade impostas pela troika aos países da periferia da zona do euro, em especial à Grécia, mas também são destacadas as políticas de corte na Espanha, Itália e Portugal. Na seção seguinte, propõe-se o debate do entendimento de democracia para além do regime democrático, destacando seu caráter sempre aberto, cada vez mais vinculado ao respeito do bem-estar e à dignidade humana. Posteriormente, debate-se o problema da legitimidade democrática nas instituições na União Europeia e a assimetria existente entre os países na zona do euro. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2. CRIAÇÃO DA OLIGARQUIA FINANCEIRA: RETRAÇÃO DO PAPEL DE FILTRO DO ESTADO

Para se compreender a proeminência que os interesses financeiros vêm adquirindo sobre as políticas de Estados democraticamente eleitos na zona do euro, é importante entender, mesmo que sucintamente, o processo de globalização financeira e econômica que se intensifica a partir dos anos 1970.

O'Donnell (2011:70) afirma que a globalização interfere diretamente em umas das quatro dimensões do Estado: sua capacidade de filtro³. Esta dimensão “corresponde à tentativa de regular o grau de abertura e fechamento dos diversos espaços e fronteiras que mediam o interior e o exterior de seu território, seu mercado e sua população” (O'DONNELL, 2011:69). Com a intensificação do processo de globalização e o aumento do peso dos interesses financeiros no sistema internacional, o Estado “pode ter

³ Segundo O'Donnell (2011:69), o Estado pode ser diferenciado em pelo menos quatro dimensões: *i*) conjunto de burocracias; *ii*) sistema legal; *iii*) um foco de identidade coletiva; *iv*) filtragem. “Algumas [...] fronteiras demarcam [uma determinada] população e, sob um regime democrático, [um] eleitorado. Outras são espaços delimitados de forma menos marcante; alguns deles estão cuidadosamente protegidos, outros estão controlados com maior ou menor efetividade por vários tipos de políticas públicas, outros ainda nunca tiveram barreiras e alguns as perderam, carcomidas pelos ventos da globalização. No entanto, todos os Estados tentam, ou afirmam que tentam, estabelecer vários filtros para o bem-estar de sua população e dos atores econômicos situados em seu território”.

abdicado em grande medida de sua condição de filtro orientado para alcançar o bem-estar de sua população”. A renúncia, mesmo que parcial, desta dimensão representa um indicador de baixas capacidades estatais que abalam, entre outras coisas, o funcionamento de um regime democrático. Carvalho e Kregel (2007:5) afirmam como “[i]nvestidores financeiros tomaram o lugar de cidadãos e cidadãs em um sistema no qual, na prática, os “mercados” exercem cada vez mais o poder político subtraído da sociedade”. A liberalização financeira, para os autores, corresponde ao principal instrumento político da ideologia neoliberal, ao limitar o poder do Estado de realizar reformas sociais. A ideologia em voga passou a ser de que os mercados sem qualquer tipo de controle seriam mais eficientes em apoiar o desenvolvimento econômico do que a regulamentação e a intervenção dos Estados. Destarte, as intervenções estatais deveriam ser minimizadas (CARVALHO e KREGEL, 2007).

Os interesses financeiros representados pela troika constataam o crescimento da autoridade internacional privada com a intensificação do processo de globalização. Busca-se tratar o “mercado como uma ordem constitucional com suas próprias regras, procedimentos e instituições que operam para proteger a ordem do mercado de interferências políticas” (JAYASURIYA, 2002:445, citado por O’DONNELL, 2011:224). Perde-se o controle sobre os fluxos de capital, aumentando sua liberdade de alocação entre diferentes países. Como consequência, retira-se da jurisdição dos Estados questões importantes de investimentos estrangeiros, comércio, e outras. Assim, expõe-se os países, em especial os menos desenvolvidos, à especulação e às crises financeiras recorrentes, entre outras consequências indesejáveis que minam as possibilidades de desenvolvimento econômico. Destarte, o aumento de importância dos interesses financeiros representados pela troika contribui para a debilidade e a descontinuidade do regime democrático na zona do euro, como se observa notadamente nos países do grupo PIIGS, e por isso estes terminam desconectados, em alguns momentos, da busca do bem comum.

Desse modo, as mudanças nas mesas políticas estatais levadas a cabo pela globalização econômica e financeira vêm erodindo direitos conquistados pelos cidadãos na Europa e em outras partes do mundo. As políticas de flexibilização do trabalho na zona do euro, por exemplo, corroboram essa afirmação.

3. AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE NA ZONA DO EURO

Com o discurso de garantir a estabilidade financeira e salvar o euro, a troika começou a defender um pacote de medidas extremas sem consulta à população dos países mais afetados pela crise. Estes programas de ajustes ortodoxos vêm obrigando estes Estados a baixar seus déficits públicos por meio da drástica redução da despesa pública a fim de evitar uma moratória descontrolada. Essa redução abarca privatizações, cortes na aposentadoria, nos gastos em saúde, educação, aumento do tempo de contribuição para aposentadoria, demissão de funcionários públicos, entre outras medidas. Somados a isso, os investidores têm exigido taxas de juros cada vez mais altas para rolar dívidas de países como a Grécia (25,95% ao ano), Portugal (10,55%), Irlanda (8,16%), Itália (6,91%) e Espanha (6,6%) – dados de fevereiro de 2012. Dado o grau de endividamento destes países, o aumento dessas taxas representa um enorme peso no orçamento (MARTINS, 2011). Como consequência, Streeck (2011: 26), em um artigo para a *New Left Review*, observa como os mercados financeiros estão obrigando os governos a impor sacrifícios aos seus cidadãos: “*As we now read almost every day in the papers, ‘the markets’ have begun to dictate in unprecedented ways what presumably sovereign and democratic states may still do for their citizens and what they must refuse them*”. Destarte, torna-se cada vez mais evidente a proeminência de um comissariado do orçamento, não submetido nem a voto e nem a controle democrático, intervindo nas contas nacionais dos países da periferia da zona do euro.

Amartya Sen (2011), ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, também ressalta a respeito de as prioridades financeiras estarem à frente dos governos democráticos da periferia da zona do euro. A governança democrática fica prejudicada nesta região em decorrência do “papel excessivo das instituições financeiras e das agências de *rating*, que agora imperam livremente em algumas zonas do terreno político da Europa” (SEN, 2011).

More than ever, economic power seems today to have become political power, while citizens appear to be almost entirely stripped of their democratic defences and their capacity to impress upon the political economy interests and demands that are incommensurable with those of capital owners (STREECK, 2011).

3.1. O caso Grécia

A Grécia é um dos países que enfrenta uma das mais sérias crises na zona do euro. Com problemas econômicos agudos desde 2009, um primeiro plano de resgate foi fechado com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional (FMI) no ano de 2010. O até então primeiro ministro grego, Giorgos Papandreou, tentou encontrar um

equilíbrio entre satisfazer os credores do país, que exigiam cortes orçamentários, o que implicava redução de direitos trabalhistas, cortes salariais, entre outras medidas, e um eleitorado cada vez mais indignado com estes cortes – em pouco tempo os cidadãos estavam nas ruas e organizando greves gerais. No entanto, apesar dos sacrifícios impostos à população grega, o primeiro plano de resgate não foi capaz de diminuir uma dívida de mais de € 300 bilhões, e as políticas de austeridade somente contribuíram para acentuar a recessão.

Dessa maneira, no dia 21 de fevereiro 2012 votou-se um segundo plano de ajuda internacional para a Grécia patrocinado pela troika. Além dos cortes salariais, esta exige novos cortes nos gastos do governo, como a demissão de cerca de 15 mil servidores públicos, diminuição das pensões suplementares pagas aos aposentados (totalizando € 3,3 bilhões em cortes), a fim de receberem € 130 bilhões e evitar o calote do governo (AJUSTE...2012).

Embora eleições tenham sido realizadas em 17 de junho de 2012, não há perspectiva de mudança em relação à postura do governo grego em relação à imposição de políticas de austeridade pela troika. O líder do partido vencedor, Antonis Samaras⁴ (do Nova Democracia), tinha apoio dos líderes da União Europeia já que estes temiam a vitória da esquerda radical, o partido Syriza, contrária às políticas de austeridade. Samaras pretende rever o programa de austeridade da troika, mas não ameaça retirar a Grécia da zona do euro. Com o acordo fechado entre os ministros de Finanças da zona do euro para o empréstimo dos € 130 bilhões à Grécia, restou a este país submeter ao seu Parlamento a legislação necessária para aplicar este novo empréstimo. Conquanto cresça o descontentamento da população grega frente à cartilha fiscal imposta pela troika, resultando em diversos protestos nas ruas de Atenas, o comunicado oficial dos ministros de Finanças da zona do euro reafirma explicitamente a necessidade de mais sacrifícios por parte dos cidadãos gregos: *“The Eurogroup is fully aware of the significant efforts already made by the Greek citizens but also underlines that further major efforts by the Greek society are needed to return the economy to a sustainable growth path”* (EUROGROUP STATEMENT, 2012). Assim, as metas fiscais se manterão ao custo de profundas reformas no país:

[...] Greece must achieve the ambitious but realistic fiscal consolidation targets so as to return to a primary surplus as from 2013, carry out fully the privatisation plans and

⁴ Samaras lidera um governo de coalizão conservador-socialista ao obter apoio parlamentar do Pasok e do Dimar, partidos socialista e esquerda democrática, respectivamente.

implement the bold structural reform agenda, in both the labour market and product and service markets [...].

E, para finalizar, os ministros defendem a introdução na Constituição grega de um dispositivo que consolide a prioridade do pagamento da dívida pública sobre qualquer outra política nacional, mesmo à custa do bem-estar dos cidadãos gregos: “*the Eurogroup [...] welcomes the intention of the Greek authorities to introduce over the next two months in the Greek legal framework a provision ensuring that priority is granted to debt servicing payments. This provision will be introduced in the Greek constitution as soon as possible*” (EUROGROUP STATEMENT, 2012). Observa-se, assim, que em troca do resgate contra uma moratória imediata (o que não necessariamente resolve os problemas gregos) foram impostos mais controle por parte da troika sobre a Grécia. Sanções automáticas poderão ser postas em prática a fim de restabelecer a confiança dos mercados contra países que fugirem da cartilha fiscal do FMI, do Banco Central Europeu e dos líderes da União Europeia.

Embora o desemprego na Grécia tenha atingido os 23,1% em maio de 2012, dois anos depois da primeira intervenção da troika no país, o governo se prepara para realizar mais cortes exigidos no orçamento (GRÉCIA:ORÇAMENTO... ,2012). A Grécia precisa atingir € 11,5 bilhões em cortes a fim de continuar recebendo ajuda internacional: “We must find the 11.5 billion euros because without them, there will be no next aid tranche”, declarou o ministro das Finanças grego, Yannis Stournaras (KYRIAKIDOU, 2012). Todos os trabalhadores temporários da administração pública serão demitidos e, ademais, 40 mil funcionários públicos deverão receber apenas 40% do salário durante um ano, antes de serem despedidos. Esse plano já havia sido aprovado pelo governo anterior, mas foi posteriormente abandonado. A Constituição grega barra a demissão de funcionários públicos. Observa-se, destarte, que embora nenhum governo atualmente possa governar sem considerar (mesmo que minimamente) o âmbito internacional, incluindo o mercado financeiro e suas agências de notação de crédito, estes estão crescendo sobremaneira seu poder frente à soberania estatal e estão obrigando os Estados a impor sacrifícios a sua população:

The same Manhattan-based ratings agencies that were instrumental in bringing about the disaster of the global money industry are now threatening to downgrade the bonds of states that accepted a previously unimaginable level of new debt to rescue that industry and the capitalist economy as a whole (STREECK, 2011:26).

A crise evidencia como os cidadãos dos países do grupo PIIGS cada vez mais percebem seus governos nacionais representantes não do povo, mas sim de outros Estados ou organizações internacionais, como o FMI, incomensuravelmente mais isolados da pressão eleitoral.

In countries like Greece and Ireland, anything resembling democracy will be effectively suspended for many years; in order to behave 'responsibly', as defined by international markets and institutions, national governments will have to impose strict austerity, at the price of becoming increasingly unresponsive to their citizens (STREECK, 2011:26).

Questões relacionadas à falta de legitimidade democrática existentes entre os países da União Europeia são latentes em função do próprio processo de integração supranacional. Contudo, se discutirá nas seções seguintes como a crise vem aprofundando o que se costuma denominar "déficit democrático" na zona do euro.

Habermas (2011) converge com Streeck (2011), afirmando que com o surgimento da crise do endividamento soberano nos países da periferia da zona do euro, as exigências do mercado financeiro estão fazendo com que os dirigentes europeus deixem "de lado aquilo que deveria ser a sua prioridade: o bem-estar dos cidadãos, definido num quadro democrático" (HABERMAS, 2011).

Em dezembro de 2011, Papandreou (primeiro ministro até então, depois substituído por Lucas Papademos), propôs realizar um referendo concernente ao segundo plano de resgate para seu país aprovado em fevereiro de 2012. O ex-chefe do governo grego havia afirmado aos seus ministros que o referendo seria "um mandato claro e uma forte mensagem dentro e fora da Grécia sobre o [...] trajeto europeu e a [...] participação [da Grécia] no euro" (PAPANDREOU..., 2011). A consulta à população corresponderia a um sim ou não do povo grego ao plano de resgate, "sim ou não à Europa, sim ou não ao euro", afirmou Papandreou. Contudo, especialistas relataram que ele cometeu um erro ao sugerir submeter o plano de ajuda a referendo. O anúncio gerou pânico generalizado nos mercados e a reprovação dos sócios europeus, já que a incerteza da consulta popular poderia suspender o pagamento das novas parcelas de ajuda. As autoridades da União Europeia e do FMI haviam concordado com a realização do referendo, mas, em represália, suspenderam a liberação da sexta parcela de ajuda internacional à Grécia (cerca de € 8 bilhões). Dessa maneira, o governo grego cancelou a consulta (que correspondia a uma decisão soberana) dado o apoio que adquiriu da

oposição conservadora. Sem saída, Papandreou abandonou a chefia do governo⁵, perdendo a batalha contra a dívida, os mercados financeiros e a opinião pública.

Habermas (2011) explica como os governos da periferia da zona do euro “estão desorientados e paralisados perante a difícil escolha entre, por um lado, os imperativos dos grandes bancos, [da troika e das agências de notação de crédito] e, por outro, o receio face à perda de legitimidade junto das respectivas populações frustradas, que os ameaça”.

A população grega demonstra por meio de greves e protestos nas ruas de Atenas sua insatisfação perante as medidas de austeridade anunciadas e a impossibilidade de ter sua opinião considerada sobre as políticas impostas pela troika. O cancelamento do referendo no final de 2011 demonstra como a participação dos cidadãos gregos perante políticas de grande impacto para a sociedade não é central na nova realidade da zona do euro. Dessa maneira, não somente na Grécia, mas também entre os outros países do grupo PIIGS, observa-se que cresce um abismo entre os cidadãos destas nações e os líderes da União Europeia (Alemanha e França), estes que muitas vezes vem agindo sem legitimidade democrática. Habermas (2011), enfatiza como a zona do euro é caracterizada pela falta de solidariedade entre as nações.

Segundo o relatório da Standard Bank, citado por Costa (2011), uma união monetária e fiscal somente seria eficiente caso um banco central fosse capaz de adotar medidas anticíclicas em momentos nos quais a economia entrasse em recessão ou crescesse demasiadamente, além de transferir renda de regiões ricas para regiões necessitadas. No entanto, a zona do euro não avança nesse sentido, ao mesmo tempo em que se evita sua divisão. A Alemanha recusa a criação dos eurobônus, que representam a coletivização parcial das dívidas dos países com dificuldades. Igualmente, Habermas (2011) destaca as falhas de construção que estão na base da união monetária e que somente serão superadas por meio de uma união política adequada, com a harmonização das economias nacionais que atualmente registram enormes diferenças no que concerne suas capacidades de concorrência.

Essas deficiências estruturais da união monetária europeia também são refletidas na problemática existente nas tomadas de decisão na União Europeia, já que os chefes dos governos nacionais negociam ou decidem em uma zona jurídica indefinida, e os cidadãos, “forçados a sofrer as alterações de repartição dos encargos para além das

⁵ Papandreou afirmou que sua demissão deteve como objetivo facilitar o caminho para o novo governo de coalisão nacional até as próximas eleições (PAPANDREOU RENUNCIA... 2011).

fronteiras nacionais”, não conseguem influenciar democraticamente, enquanto cidadãos, nas decisões impostas (HABERMAS, 2011). Dessa forma, fica impossibilitada, sinaliza Sen (2011), a realização de uma ajuda financeira democrática da União Europeia aos gregos.

A demasiada exposição dos Estados frente a uma oligarquia de investidores, somada à incapacidade dos governos de mediar os interesses dos cidadãos com as exigências da acumulação do capital, termina por deixar somente "as manifestações e tumultos como via de expressão política" (COSTA, 2011:110). Em convergência a esta opinião, Streeck (2011:28), afirma: *“Where democracy as we know it is effectively suspended, as it already is in countries like Greece, Ireland and Portugal, street riots and popular insurrection may be the last remaining mode of political expression for those devoid of market power”*.

Portugal, por exemplo, viveu o maior protesto dos últimos 30 anos no dia 11 de fevereiro de 2012, com mais de 300 mil pessoas concentradas no Terreiro do Paço. O líder da Confederação Geral dos Trabalhadores de Portugal (CGTP), Armenio Carlos, proferiu frases como “O FMI não manda aqui”, criticando abertamente as medidas de austeridade defendidas pela troika (PORTUGAL...2012). A Grécia, igualmente, vem sendo palco constante de protestos em decorrências dessas medidas. Em 12 de fevereiro de 2012, 100 mil gregos foram às ruas, sendo 80 mil deles na capital, Atenas. Em grande parte das vezes, há choques violentos entre a polícia e os manifestantes. Muitos destes questionam a legitimidade do governo grego, apontando-o como traidor do povo.

A saída da Grécia da zona do euro poderia representar um risco menor do que passar por anos em meio a um ambiente de austeridade, lançando o país em uma recessão cada vez mais profunda. Com uma maior autonomia monetária, o país poderia desvalorizar sua moeda (a dracma) para alavancar suas exportações⁶. No entanto, embora os sacrifícios impostos à população, não há um consenso entre os especialistas concernente às vantagens e desvantagens da saída da Grécia da zona do euro. Para alguns analistas, a saída da Grécia da zona do euro poderia gerar pânico ao se abrir precedente para outros países também abandonarem a moeda única, trazendo mais instabilidade e perda de confiança no euro. Investidores tentariam se livrar o mais rápido possível dos títulos denominados em euro. Em última instância, a saída da Grécia poderia representar o início do fim zona do euro (BONIS, 2012). A situação na Grécia,

⁶ Apesar que a desvalorização da moeda grega traria problemas adicionais. Contudo, sua discussão escapa ao escopo deste trabalho. Para mais informações, ver Freitas (2012).

assinala Sen (2011), ilustra o problema de se submeter processos e práticas políticas constitutivas da democracia à lógica do sistema financeiro internacional. Não se pode permitir “que instituições financeiras internacionais e agências de *rating* tenham o poder unilateral de comandar governos democraticamente eleitos”, afirma.

3.2. Cortes orçamentários na Espanha, Itália e Portugal

Outros Estados da zona do euro, como Portugal, Espanha e Itália também estão passando por profundos cortes orçamentais que afetam diretamente políticas sociais. Porém, conquanto a população não tenha atuado de forma a levar seus respectivos países à situação de calamidade atual, infelizmente, são os cidadãos que estão pagando os custos dessa crise.

Até 2007, “o único país da zona do euro com um problema fiscal significativo era a Grécia. Os demais tinham déficits moderados, sendo os ‘piores’ dentre estes, pela ordem, Itália, França, Alemanha e Áustria, Espanha, Irlanda e Estônia” (COSTA, 2011:109). Atualmente em apuros, estavam melhor que a Alemanha em termos de superávit fiscal e endividamento público; “o que os quebrou não foi sua política fiscal, mas a fragilidade de seus setores privados frente a crise de 2008”. (COSTA, 2011:109). Entre 1999 e 2007, a dívida pública (bruta) consolidada dos países da zona do euro manteve-se estável no patamar de 60% (com exceção da Grécia) do Produto Interno Bruto (PIB). O que houve, de fato, foi um incremento do endividamento do setor privado: “A dívida das empresas não financeiras passou de 250% para 280% do PIB; o endividamento dos bancos, de 190% para 250% do PIB [...]. A indisciplina ‘fiscal’ estava centrada no setor privado, não no setor público”. “O déficit fiscal não foi a origem da crise, mas sim a crise [com a imposição de políticas de austeridade] que acabou gerando o déficit fiscal”, pontua Stiglitz (2011). Dessa forma, como destacou Belluzzo: “os governos socorreram o sistema financeiro e depois se submeteram a ele” (FÓRUM...2012).

O argumento da troika, no entanto, vai em direção à necessidade de cortes orçamentais para diminuir o endividamento público e garantir a retomada do crescimento. Nesse sentido, a rigidez do mercado de trabalho representa um entrave para o maior crescimento econômico na região e a medidas de flexibilização tornam-se fundamentais para reduzir os gastos e também evitar mais desemprego.

Dessa maneira, o primeiro ministro espanhol, Mariano Rajoy, aprovou no dia 10 de fevereiro de 2012 reformas trabalhistas que visam a flexibilização do mercado de

trabalho. Dentre elas está o desmonte das práticas de negociação coletiva. Porém, “barganha coletiva é o tipo de ação básica do sindicalismo europeu. Isso dá aos sindicatos maior poder de negociação” (MOREIRA, 2012). Por intermédio dessas negociações, os trabalhadores espanhóis conseguem negociar no âmbito regional ou até mesmo por setor. Na reforma também está inclusa a redução dos custos de demissão, além de simplificar a modalidade de contratos. As Comissões Operárias (CCOO) e a União Geral de Trabalhadores (UGT) rejeitam esta reforma trabalhista ao defini-la como imprudente e regressiva pois prejudica os direitos dos trabalhadores, além de facilitar demissões pela empresas (SINDICATOS..., 2012). O país possui a maior taxa de desemprego da Europa, na ordem de 24,4% – dados de julho de 2012. O governo espanhol argumenta que essas medidas pretendem garantir os direitos dos trabalhadores, facilitando contratações, principalmente de jovens com menos de 30 anos, e não demissões.

Em continuação com os objetivos de cortes orçamentais, o governo espanhol aprovou no dia 10 de abril de 2012 cortes da ordem de € 10 milhões no setor de saúde e educação. Dessa maneira, a Espanha visa reduzir o déficit e convencer os investidores de que o país precisará de um resgate financeiro. Mariano Rajoy afirmou que as medidas são necessárias devido ao fato de o Estado não ter dinheiro para pagar os serviços públicos e seus funcionários: "Es necesario, es imprescindible...en este momento no hay dinero para atender el pago de los servicios públicos porque hemos gastado mucho en los últimos años" (ESPAÑA...2012).

Especificamente à educação, Rajoy afirmou que o governo planeja aumentar os preços das matrículas nas universidades, além de ampliar a proporção de alunos por professor nas escolas públicas e o número de horas de trabalho dos últimos.

O governo espanhol vem tentando de todas as maneiras convencer a União Europeia e os mercados de que poderá reduzir o déficit de 8,5% do PIB para 3% até 2013. Contudo, até o momento o temor dos mercados só tem aumento no que diz respeito à possibilidade de a Espanha precisar de um robusto resgate financeiro (ESPAÑA... 2012).

A Itália, por sua vez, demonstra bem as consequências indesejáveis para sua população decorrentes das políticas de austeridade aprovadas pelo então ministro Silvio Berlusconi e o atual, Mario Monti. Este visa – além de introduzir contratos mais flexíveis – formar um sistema de previdência que estimule o trabalhador a mudar de emprego (MOREIRA, 2012). O plano corresponde em diminuir a diferença entre

contratos que atualmente dão garantia de emprego por toda a vida e os contratos de curto prazo mais vulneráveis.

A primeira ministra do Trabalho e Bem-estar italiana, Elsa Fornero, chorou ao anunciar as políticas em sua área, que abarcam a suspensão do reajuste das aposentadorias pela inflação, aumento dos mínimos de idade e anos de contribuição e cálculo do valor pela média das contribuições e não pelos últimos salários recebidos. Além disso, foram cortados gastos públicos e aumentados vários impostos (COSTA, 2011). O país precisa financiar € 440 bilhões somente em 2012 (Os papéis italianos estão a dois níveis da categoria de “podres”). Portugal, por seu turno, vem implementando uma reforma mais ampla ao adotar (por meio de negociações entre empregados e patrões) horas de trabalho mais flexíveis, menos dias de feriados e menor indenização por demissão⁷.

Infelizmente, a situação do trabalho e dos direitos da cidadania laboral na Grécia, Itália, Espanha e Portugal só deve piorar com a crise da dívida soberana nestes países e com o programa de austeridade do FMI, Banco Central Europeu e União Europeia. Para muitos especialistas, as políticas de austeridade somente têm contribuído para o aprofundamento da crise nos países da periferia da zona do euro. De acordo com Vicenç Navarro, ex-professor de Economia Aplicada da Universidade de Barcelona, as políticas impostas pela troika estão causando recessão nos países mais afetados pela crise, e em toda zona do euro. Assim, Navarro se distancia da explicação dominante de que é o excesso de endividamento público a causa da crise dos PIIGS. De fato, são as políticas de austeridade, com cortes no gasto público (o que inclui o gasto público social), bem como a ênfase em diminuir os salários, os fatores que têm criado um declínio da demanda, e com isso uma queda acentuada no crescimento econômico. Existe uma relação direta entre a imposição de políticas de austeridade e o declínio do desenvolvimento econômico. Ou seja, quanto maior a austeridade, menor é o crescimento (e conseqüentemente, maior é a ampliação do déficit e da dívida pública). Ele ainda ressalta que a Grécia é o país em que foram impostos os maiores cortes e, ao mesmo tempo, onde tem havido a maior queda do PIB: “Uma situação semelhante ocorre na Espanha, Portugal, Irlanda e Itália. Os países nórdicos são os que tiveram menos cortes e os que têm crescido mais rapidamente” (NAVARRO, 2012).

⁷ Vale ressaltar que a situação não é homogênea na Europa. Na Finlândia, por exemplo, foi acordado um aumento salarial de 2,4% neste ano e 1,9% em 2013. A Alemanha, com uma política salarial achatada por anos, é o único país que está criando empregos em função de sua indústria de exportação, mas também devido ao fato de sua população ativa estar em baixa desde 2005.

Destarte, em vez de se permitir a realização de políticas expansivas de gasto público, a troika vem impondo aos PIIGS reduções drásticas de tais gastos, de maneira que minam a possibilidade de desenvolvimento social e econômico e ampliam a recessão. Stiglitz (2011) acredita que “[r]eclamar austeridade agora é uma forma de assegurar-se de que as economias colapsem”. O que a Alemanha [juntamente com a troika] está impondo ao resto da Europa termina por gerar “uma queda em espiral, que conduz a mais desemprego, pobreza e aprofunda as desigualdades.

No entanto, os mercados e as instituições internacionais requerem que não somente os governos, mas também os cidadãos sejam obrigados a se comprometer com a consolidação fiscal (STREECK, 2011). Para Viveret (2011), na União Europeia está ocorrendo uma destruição de riqueza real e humana, e por isso o autor exalta a situação de emergência democrática na União Europeia. Como consequência: “*Les éléments de révolte sociale sont déjà présents et le seront plus encore avec les programmes d’austérité*”.

Stiglitz (2011) ressalta como o principal problema da zona do euro:

é ter criado um marco econômico a partir do qual a democracia ficou subordinada aos mercados financeiros. É algo que Merkel sabe muito bem. As pessoas votam, mas se sentem chantageadas. Deveria se reformular o marco econômico para que as consequências de não seguir os mercados não sejam tão severas.

Observa-se, desta forma, a subjugação da prática democrática dos países mais afetados pela crise aos interesses financeiros. No entanto, para Viveret (2011), a dívida financeira tem um peso muito menor diante da necessidade de preservação dos valores da democracia: “*Face à l’envolée des dettes, la menace qui pèse aujourd’hui sur les valeurs cardinales de la paix et de démocratie semble nettement plus importante*”.

4. DEMOCRACIA: PARA ALÉM DOS ASPECTOS POLÍTICOS

Na seção anterior, observou-se como nos países da periferia da zona do euro muitos insumos do regime democrático encontram-se débeis e descontínuos, atados a interesses muitas vezes difíceis de vincular com algum aspecto do bem comum. Dessa forma, estas nações perdem eficácia, efetividade e credibilidade renunciando em grande parte de sua função enquanto um filtro eficaz e benéfico. Como consequência, constata-se um poder menos proeminente dos governos democraticamente eleitos nessa região,

limitando a capacidade destes Estados governarem efetivamente sobre questões importantes e avançar na democratização e no bem-estar de seus cidadãos (O'DONNELL, 2011).⁸

Para além da impossibilidade dos cidadãos votarem as políticas de austeridade praticamente impostas pela troika – sem qualquer consulta popular – e que minam uma série de direitos outrora conquistados, outros aspectos explicam como regimes democraticamente eleitos estão em descompasso com os interesses e bem-estar dos cidadãos. Esses outros aspectos estão ligados ao fato de a democracia ser mais do que o regime democrático *per se*⁹. De fato, nas democracias, o regime¹⁰ é apenas parte do processo de tomada de decisões e dos insumos de poder e influência a que se encontram sujeitos o governo e o Estado.

A democracia abarca uma série de direitos subjetivos e liberdades e, portanto, detém um caráter sempre em construção. O'Donnell (2011), dado o caráter complexo da democracia, propõe uma caracterização e não propriamente uma definição desta. A democracia, esclarece o autor, implica um horizonte normativo e historicamente aberto, pois está relacionada à existência do agente/cidadão enquanto um portador de direitos subjetivos e liberdades caracterizados pela indecidibilidade. Ela consiste:

Além do núcleo do regime e de sua própria democratização, uma aquisição e amparo legal de direitos e liberdades, sustentados de forma mais ampla e mais sólida, que dizem respeito aos aspectos civis, sociais e culturais da cidadania – e também, é claro, à expansão de liberdades e direitos políticos (O'DONNELL, 2011: 253).

Essa ideia de agência, enquanto um componente indispensável para o regime democrático, sempre remete para além do regime.

A democracia é o único regime que nos constrói como agentes, especial mas não exclusivamente na esfera dos direitos políticos; aqui se encontra a diferença crucial entre ela e todos os tipos de regime autoritário. Esta construção implica, e exige legalmente, que se efetive um sistema de respeitosos reconhecimentos mútuos como cidadãos(dãs)/ agentes em nossa legítima diversidade (O'DONNELL, 2011: 235).

⁸ Estas observações, baseadas nas palavras de O'Donnell (2011) – dedicadas ao entendimento dos países da América Latina – exprimem bem a realidade atual dos países da zona do euro que sofrem com a crise do endividamento público.

⁹ “Apesar de ser um componente essencial, sem o qual nenhuma democracia pode existir, ressalva O'Donnell” (2011:253).

¹⁰ Para O'Donnell (2011: 33-4), três elementos compõem a definição de regime democrático: “primeiro, eleições limpas; segundo, os direitos positivos e participativos de votar e eventualmente de tentar ser eleito e atividades relacionadas com o exercício desses direitos; e, terceiro, embora seja impossível determinar com precisão seus limites internos e externos, um conjunto de liberdades necessárias para possibilitar as eleições e o exercício de seus direitos de participação”.

Dessa forma, o governo resultante, o regime democrático e o Estado existem em referência a, e em função de indivíduos que são agentes portadores de personalidade jurídica e de diversas liberdades e direitos. Ademais, tal como institucionaliza a aposta inclusiva, esses indivíduos são cidadãos(dãs), fonte e justificação da autoridade e o poder de governos e Estados.

Portanto, é necessário olhar para além do regime democrático para se notar um desrespeito à democracia na zona do euro. Tem-se de observar a desconsideração aos direitos e liberdades dos indivíduos enquanto agentes/cidadãos, que abarcam não somente a impossibilidade de votar e ter voz diante da imposição das políticas de austeridade fiscal, mas também a não garantia de outros direitos e liberdades que os permita exercer sua agência na esfera política.

As políticas de austeridade na Grécia, que exigem como contrapartida para a liberalização das parcelas dos empréstimos a demissão de 15 mil funcionários públicos, cortes na aposentadoria, privatizações em massa, e os cortes nos gastos em saúde e educação do governo espanhol são uma clara negação da agência, base crucial da democracia. Para o exercício da agência, é cogente a existência da garantia de um mínimo social por parte do Estado.

Na Espanha, o aumento de impostos, os cortes nos gastos em educação e saúde, bem como a redução de salários do funcionalismo público e dos auxílios aos desempregados –ações exigidas pela troika – não vem contribuindo para a melhoria da situação econômica e financeira no país. O'Donnell (2011) afirma que submeter o indivíduo à privação de necessidades materiais básicas corresponde a uma negação severa de sua agência, lembrando que é o agente que dá sentido e fundamento à cidadania e, portanto, à democracia. Citando Shue (1996), O'Donnell (2011:214) ressalta:

Ninguém [...] pode gozar completamente qualquer direito que se supõe ter, se lhe faltam os elementos essenciais para uma vida razoavelmente saudável e ativa. Em consequência, seria inconsistente reconhecer direitos referentes à vida ou à integridade física quando se omitem os meios necessários para o gozo e exercício destes direitos.

No entanto, Rajoy afiançou em 3 de agosto de 2012 que conquanto o governo seja consciente que estas medidas não sejam populares, elas deverão permanecer (PELICÓ, 2012).

É evidente o enorme poder político que a oligarquia financeira exerce e como o utiliza para capturar uma parcela cada vez mais vasta da riqueza social. De acordo com

Viveret (2011), essa oligarquia, concentradora de riqueza e poder, age permanentemente para desgastar a democracia.

Quando um mínimo social é satisfeito, os indivíduos devem estar capacitados para cumprir com suas obrigações que são comumente esperadas enquanto pais, amigos, cidadãos e demais papéis que exercem em sociedade. Isto, por sua vez, está baseado no "princípio de que o governo deve assegurar as condições de autonomia igual a todas as pessoas sujeitas à sua jurisdição" (O'DONNELL, 2011:42). Os cortes de gastos em saúde e educação pelo governo espanhol evidenciam o descumprimento dos aspectos fundamentais da democracia. Interesses dos mercados se sobrepõem sem qualquer pudor à garantia dos direitos subjetivos e liberdades dos cidadãos na zona do euro.

Para corroborar essa realidade de desrespeito à agência humana, o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgado no dia 24 de fevereiro de 2012 recomenda as reformas fiscais e trabalhistas dos países da periferia da zona do euro, por mais dolorosas e impopulares que sejam. A redução do desequilíbrio econômico é defendida pela OCDE mesmo a custo de benefícios conquistados pelos cidadãos¹¹ (OCDE, 2012).

O desmonte das práticas de negociação coletiva na Espanha, o cancelamento do referendo na Grécia concernente ao pacote de ajuda e demais ações que impossibilitam os cidadãos de participarem da discussão sobre as políticas de austeridade também demonstram o desrespeito ao exercício da cidadania na periferia da zona do euro. É clara a exclusão dos cidadãos no debate de questões existentes nas agendas de políticas estatais do grupo PIIGS. Por meio da liberdade de expressão, de associação, de acesso à informação não censurada e monopolizada, entre outras, os cidadãos podem "deliberar sobre temas de seu interesse, inclusive questões relacionadas a decisões presentes na agenda de Estados e governos" (O'DONNELL, 2011:164). Dessa forma que a democracia é adquirida, reproduzida e reelaborada.

Na democracia, "aqueles que não governam são fonte e justificação – e não apenas sujeitos – do poder e da autoridade política e, portanto, juízes daqueles que o

¹¹ Dentre as reformas recomendadas pelo relatório da OCDE, estão: "i) reductions in severance pay for regular contracts and some simplification of individual or collective dismissal procedures (Greece and Portugal), along with measures to boost temporary employment by increasing the maximum work time under temporary work agencies (Greece); ii) measures to boost flexibility in working-time arrangements by reducing overtime pay and earnings of part-time employees and making averaging of working time possible (Greece); iii) measures to enhance flexibility in wage determination such as easing the conditions for firms to opt out from higher – level collective bargaining agreements (Greece and Ireland) and reforming sectoral wage agreements (Ireland); iv) introducing a sub-minimum wage for young people (Greece)" (OCDE, 2012:29).

exercem” (O’DONNELL, 2011:247). A democracia é um sistema de direitos, e estes são alicerces essenciais do processo democrático de governo (DAHL, 2009). Os países da periferia da zona do euro precisam governar para seus cidadãos e não para a oligarquia financeira. Ao permitir o controle pela troika e aceitar a imposição das políticas de austeridade, estas nações negam o fundamento do significado empírico e normativo da democracia: a ideia de agência.

Embora as conquistas da democracia sejam insuficientes e sempre possa haver a retração dos direitos (sejam civis, políticos ou sociais), essas tendências à desigualdade enquanto um desafio à democracia e às suas dimensões igualitárias não devem ser desconsideradas, mas sim ser teorizadas como um aspecto fundamental de todas as democracias:

[A] Democracia sempre projeta um horizonte de que é, ao mesmo tempo, de esperança e de insatisfação. É mais que um valioso sistema político: é também o indício de uma carência, de uma agenda sempre pendente de avanços nas múltiplas questões que, em um determinado momento e para determinadas pessoas, mais dizem respeito ao bem-estar e à dignidade humana (O’DONNELL, 2011:255).

Por isso, apesar de haver tensões entre as políticas de Estado e a democracia, o agente (indivíduo dotado de razão prática e discernimento moral e base crucial da democracia), enquanto um portador de direitos subjetivos pode exigir legalmente frente a outros agentes e frente ao próprio Estado o respeito destes direitos. Dessa forma, para garantir o exercício da agência, os governos dos países mais afetados pela crise precisam abrir espaço de discussão sobre as políticas de austeridade entre seus cidadãos, para que não reste a estes somente a revolta popular como espaço de expressão política.

5. DÉFICIT DEMOCRÁTICO: DESAFIO DA DEMOCRACIA NO ÂMBITO DA INTEGRAÇÃO SUPRANACIONAL EUROPEIA

Pensar e questionar sobre a legitimidade democrática das políticas no âmbito da União Europeia (e da zona do euro) não é algo simples em virtude da própria complexidade do processo de integração europeu.

A criação da União Econômica e Monetária da União Europeia – iniciada com o tratado de Maastricht em 1992, sendo de fato a constituição da zona do euro – corresponde a um processo de caráter econômico envolto em um outro de natureza política, a própria União Europeia.

Desde o início do processo de integração regional europeia, a soberania dos Estados foi o principal foco de conflitos e polêmicas. Desde a criação do Movimento Europeu em 1948 – união de diversos grupos de políticos e intelectuais favoráveis à integração regional –, o debate sobre a soberania estatal já estava presente:

De um lado, havia os defensores da manutenção do tradicional formato intergovernamental, ainda que na forma de uma confederação e de outro, os federalistas, subdivididos entre maximalistas, defensores de uma constituição europeia que incluísse uma divisão clara de competências; e moderados, favoráveis à transferência de soberania progressiva e negociada para os órgãos supranacionais (HERZ e HOFFMANN, 2004: 178).

A complexidade do processo de integração europeia culminou na propagação da autoridade para engendrar e implementar políticas entre uma série de atores nacionais, subnacionais e transnacionais (HERZ e HOFFMANN, 2004). Por este motivo que a União Europeia é definida como um espaço de “governança multinível” (*multilevel governance*), o que implica na substituição da autoridade estatal por redes difusas de autoridades que variam segundo as áreas temáticas das políticas. Nesse sentido que a integração europeia adquiriu um desenho constitucional criativo, com a “configuração de uma estrutura composta por três ‘pilares independentes’ (HERZ e HOFFMANN, 2004: 186). Estes correspondem à Comunidade Europeia, à Política Externa e De Justiça Comum e à Justiça e Assuntos Internos. São nestas três categorias que se dividem os diferentes domínios nos quais a União Europeia intervém – em graus e modos diversos. Assim, os poderes e os métodos de decisão dos órgãos da União Europeia mudam de acordo com a área temática, mesmo estando em um quadro institucional único.

A ampliação do processo de integração regional europeia não colocou em questão apenas “a diluição da soberania estatal, mas também a redefinição do espaço em que é realizada a política e exercida a democracia” (HERZ e HOFFMANN, 2004: 198). Destarte, dada a complexidade para o exercício da prática democrática na União Europeia (e, conseqüentemente, na zona do euro), ampliou-se a discussão sobre o “déficit democrático” na região.

Basicamente, esse termo diz respeito à falta de legitimidade democrática das instituições da União Europeia. Partes importantes das decisões da União não estão sujeitas à observação e ao controle pelos cidadãos dos países membros, nem diretamente nem pelos seus representantes. De acordo com especialistas, atualmente o Parlamento Europeu é a única instituição no âmbito da União Europeia em que não há

falta de legitimidade democrática, apesar das limitações que existem. Ele detém o poder de supervisão, de Legislativo e orçamental. O aumento de poder do Parlamento Europeu no processo decisório representaria a compensação direta para a competência reduzida dos parlamentos nacionais, minimizando o déficit democrático existente na União Europeia (MILEV, 2004).

Porém, conquanto a União Europeia detenha problemas estruturais concernentes à prática democrática – em virtude da complexidade de sua integração regional e que faz com que os cidadãos percam o controle sobre as decisões políticas tomadas– a crise econômica e financeira da zona do euro nada mais fez do que ressaltá-los. A recessão que aflige a região vem minando a legitimação democrática em instituições em que esta já estava mais consolidada (como o Parlamento Europeu). Essas instituições da União Europeia vêm deixando de lado o respeito e atendimento aos ideais que iniciaram e conformaram o processo de integração europeia.

O processo de integração que culminou na União Europeia iniciou-se com o objetivo de estabelecer uma Europa em paz, unida e próspera após a Segunda Guerra Mundial. No “Tratado da União Europeia (versão consolidada, 2008)”, afirma-se o:

apego aos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e liberdades fundamentais e do Estado de direito [...] desejando aprofundar a solidariedade entre os seus povos, respeitando a sua história, cultura e tradições, desejando reforçar o caráter democrático e a eficácia do funcionamento das instituições, a fim de lhes permitir melhor desempenhar, num quadro institucional único, as tarefas que lhes estão confiadas, resolvidos a conseguir o reforço e a convergência das suas economias e a instituir uma União Económica e Monetária, incluindo, nos termos das disposições do presente Tratado, uma moeda única e estável, determinados a promover o progresso económico e social dos seus povos, tomando em consideração o princípio do desenvolvimento sustentável e no contexto da realização do mercado interno e do reforço da coesão e da proteção do ambiente [...] resolvidos a continuar o processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões sejam tomadas ao nível mais próximo possível dos cidadãos, de acordo com o princípio da subsidiariedade (grifos nosso).

No entanto, após a crise, o Parlamento Europeu, um dos símbolos da legitimidade democrática da União, começou a ser cooptado por interesses dos mercados. Essa realidade é legitimada pelas palavras de Angela Merkel, que cunhou em 2011 o termo *marktkonforme demokratie*, que significa “democracia conformada ao mercado”. Esse termo explicita a ideia de que embora “a elaboração do orçamento [seja] uma importante prerrogativa do parlamento, [...] é preciso criar vias para que esse requisito da democracia esteja em conformidade com o mercado” (COSTA, 2012).

Assim, os objetivos da integração europeia, como desenvolvimento, solidariedade entre os países-membros e respeito ao caráter democrático ficam em segundo plano com relação aos interesses da troika. Com o retrocesso democrático dos PIIGS na União Europeia, eles ficam coagidos a seguir políticas de austeridade que privilegiam os interesses do capital financeiro, em vez de tentarem reestruturar suas dívidas a fim de recompor o crescimento econômico.

5.1 Assimetria de poder na União Europeia e as consequências para a democracia

O ex-presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, afirmou que é necessária a criação de uma “genuína, forte, capacidade de decisão coletiva [na União Europeia]. Temos que ter instrumentos especiais para tranquilizar o público e os investidores” (EURO...2011). De acordo com ele, pela dimensão da crise da Grécia, ela poderia ter sido resolvida “em uma noite” pelos países da zona do euro. Mas a Alemanha, envolta em seus interesses, optou por não ajudar: “A Grécia representa 2% do PIB europeu. Poderíamos ter resolvido isto numa noite, mas a opinião pública alemã, num ambiente populista, de não querer ajudar [...] Portugal, Itália, Grécia e Espanha atrasou isso” (EURO..., 2011). A existência de divergências dentro da zona do euro demonstra-se pelo fato de a Alemanha ser contra a realização de mais empréstimos do Banco Central Europeu aos países em crise.

O presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, pronunciou no dia 27 de julho de 2012 sua prontidão em salvar o euro, não importando o que fosse necessário fazer. No entanto, esperava-se que para tal Draghi anunciasse novos instrumentos concretos a fim de minimizar a especulação financeira sobre os títulos dos países mais afetados pela crise. Mas nada foi feito devido ao presidente do Banco Central Alemão, Jens Weidmann, ter impedido qualquer decisão para frear a especulação (em reunião do Banco Central Europeu em Frankfurt no dia 2 de agosto de 2012). Assim, embora Draghi tenha admitido a possibilidade de o Banco Central Europeu lançar um novo programa de compra de obrigações, o Bundesbank (banco central alemão) demonstrou-se claramente contra essa possibilidade. A falta de flexibilidade do Bundesbank vai na contramão das palavras da própria Angela Merkel, que se disse decidida a “fazer de tudo para o euro”. Sempre é importante ressaltar que a Alemanha é peça fundamental para as decisões do Banco Central Europeu e para a definição dos rumos da União Europeia (MANZO, 2012).

Internamente, a Alemanha vem sofrendo pressão no que diz respeito à liberalização de empréstimos aos outros países da zona do euro. A confederação de profissionais liberais e pequenas e médias empresas (ZDH) emitiu um comunicado no dia 10 de agosto de 2012 em que manifestava preocupações com os planos do Banco Central Europeu de adquirir obrigações europeias: “A estabilização da união monetária não é um fim que por si só justifique ignorar os custos econômicos e sociais a ele associados”. Também se advertiu no documento que a compra de obrigações pelo Banco Central Europeu “ameaça [o] funcionamento da união monetária” (ALIADO..., 2012). É clara, destarte, a falta de solidariedade entre os Estados da zona do euro para se minimizar os efeitos catastróficos das políticas de austeridade nos PIIGS. Para protegerem os bancos e o euro, a Alemanha não mede esforços em impor austeridade aos elos mais fracos da zona do euro. Afinal, o fracasso da zona do euro representará o fracasso da própria Alemanha (CAMPOS, 2012).

A busca sem limites por salvar o euro, porém, pode se tornar um fato desintegrador da zona do euro, afirma o primeiro ministro italiano, Mario Monti: “O euro deveria ser a culminação da integração europeia, mas corre o risco de se tornar um fator de desintegração” (MONTI..., 2012). Monti também declarou como cada vez mais alguns países são vistos como “inerentemente virtuosos, enquanto outros são vistos como inerentemente viciados”, contribuindo para a desintegração do bloco (MONTI..., 2012). De acordo com o premiê, os mercados financeiros são incapazes de refletir e reconhecer os progressos feitos pelos países em razão das reformas estruturais e fiscais. Por isso, ele pediu aos líderes europeus que tentem “‘corrigir o mau funcionamento’ dos mercados financeiros da zona do euro”. A falta de confiança nos programas de reforma dos países da periferia da zona do euro indica a “falta de confiança na integridade do euro e na administração da zona do euro”, destacou o premiê italiano. Completou, afirmando que o crescimento do bloco só ocorrerá com o aprofundamento do mercado único e que a solidariedade entre os países da zona do euro é “essencial para o desenvolvimento e o crescimento sustentável do mercado único” (MONTI...2012).

Assim, conquanto o termo solidariedade entre os países esteja presente no Tratado da União Europeia, ele não se faz muito presente na realidade atual. Stiglitz (2011) crê que a Alemanha e a França não estejam colocando os interesses das nações em crise no topo da agenda. A falta de solidariedade é algo recorrente no gerenciamento da crise. O Banco Central Europeu somente se preocupa com questões inflacionárias, enquanto temas como crescimento, desemprego e estabilidade financeira ficam em

segundo plano, afiança o ganhador do prêmio Nobel de Economia. Também ressalta como o Banco Central Europeu não é uma instituição democrática, já que detém o poder de decidir políticas que não estão de acordo com os interesses dos cidadãos. Essencialmente, garante, representa os interesses dos bancos, colocando seus lucros acima das pessoas, além de não regular o sistema financeiro de forma adequada, conclui.

Deste modo, a retomada do processo de desenvolvimento econômico e social nos países da periferia da zona do euro torna-se inviável em consequência do atendimento das metas de redução de gastos estatais. As políticas de austeridade impostas pela troika representam a falta de solidariedade entre os países-membros da União e o desrespeito à democracia no seu sentido mais amplo – ao desconsiderar a garantia aos direitos subjetivos e liberdade dos cidadãos. O que se assiste hoje nos países da periferia da zona do euro está em total desconformidade com os objetivos que deram origem à própria União Europeia.

Embora em retrocesso na zona do euro, a democracia e seus direitos continuam sendo o principal caminho pelo qual é possível obter alguns resultados de igualdade contra as tendências da desigualdade contemporâneas. “As dinâmicas abertas pela democracia faz com que seja possível construir sociedades que provêm pelo menos um mínimo de bem-estar e de tratamento respeitoso para quase todos os seus membros” (O’DONNELL, 2011:252). Dessa maneira, embora algumas das transferências de jurisdição do Estado para algumas instituições de comércio e de finanças internacional, em especial, sejam inevitáveis, “isto não impede a existência de esforços sérios e inovadores para proteger com razoável eficácia a economia nacional e defender os direitos de seus cidadãos(dãs)”. (Idem, p.225). Destarte, é com o avanço da democratização na zona do euro que se pode lutar contra as desigualdades geradas pelos mercados financeiros e garantir o desenvolvimento econômico e social estável e duradouro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na recente crise econômica-financeira que vem abalando a União Europeia, e em especial a zona do euro, sinaliza-se uma crise ainda mais profunda. Os mercados financeiros vêm se sobrepondo aos governos democraticamente eleitos na periferia da zona do euro a fim de garantir seus interesses, o que traz consequências indesejáveis para a prática democrática nesta região. Uma série de políticas de austeridade fiscal está

sendo imposta pela troika aos PIIGS com o intuito de evitarem instabilidades financeiras e resguardar o euro.

Dessa maneira, a crise vem evidenciando a proeminência dos interesses de uma oligarquia financeira perante governos democraticamente eleitos, minando a possibilidade de salvaguardar direitos e liberdades dos cidadãos dos países da periferia da zona do euro.

Buscou-se discutir neste *paper* que a desconsideração da democracia nestes países vai além do regime político propriamente. Não há dúvidas que a não consulta aos cidadãos dos países do grupo PIIGS sobre as políticas de austeridade impostas pela troika (somente restando a eles a revolta popular como forma de expressão política, como se tem observado constantemente) diminui a eficácia e a credibilidade da prática democrática. Para além disso, intentou-se demonstrar que há uma negação da ideia de agência, basilar à democracia. O agente, enquanto um sujeito jurídico portador de liberdades e direitos subjetivos não pode sofrer privação de necessidades materiais básicas a fim de gozar completamente seus direitos. Cabe ao Estado não omitir os meios necessários para o exercício desses direitos. Contudo, a oligarquia financeira representada nas políticas da troika se sobrepõe aos governos nacionais e às instituições com legitimidade democrática da União Europeia e toma para si grande parte da riqueza social. Os Estados mais afetados pela crise (que sempre é bom lembrar, teve origem no setor privado), coagidos a seguir uma cartilha fiscal, colocam em segundo plano a garantia de um mínimo social a seus cidadãos, impossibilitando o exercício da agência.

As autoridades políticas precisam refletir sobre a razoabilidade das exigências e dos prazos impostos e readquirir sua responsabilidade para com os cidadãos frente aos interesses do mercado financeiro. É necessário restringir o poder sem oposição das instituições financeiras para darem ordens unilaterais e assim, poder assegurar o desenvolvimento econômico e social na zona do euro. A Europa foi o berço do Estado de bem-estar social e da democracia moderna. Portanto, as consequências nefastas da crise no âmbito político e social adquirem uma força simbólica sem dúvida relevante. Para Amartya Sen (2011), necessita-se “parar a marginalização da tradição democrática da Europa [...]. A democracia europeia é importante para a Europa – e para o mundo”.

BIBLIOGRAFIA

- AJUSTE grego traz corte de salários e de 15 mil empregos. *Dow Jones Newswires*, 7 fev. 2012.
- ALIADO de Merkel admite referendo sobre Europa. *Agência Financeira*, 10 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.agenciafinanceira.iol.pt/economia/europa-zona-euro-referendo-alemanha/1367315-1730.html>. Acesso em 10 de agosto de 2012.
- ALVES, Giovanni. A crise europeia e o “moinho satânico” do capitalismo global. *Carta Maior*, 8 jun. 2011. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17893. Acesso em 7 de janeiro de 2012.
- ATENAS arde em protestos contra política da "troika"; *Carta Maior*, 12 de fev. 2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19605&buletin_id=1127&componente_id=17952. Acesso em 14 de fevereiro de 2012.
- BONIS, G. O que vai acontecer se a Grécia sair da Zona do Euro. *Carta Capital*, 25 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/o-que-vai-acontecer-se-a-grecia-sair-da-zona-do-euro/>. Acesso em 8 de julho de 2012.
- CAMPOS, Eduardo. BCE desaponta, e dólar fecha com alta de 0,24%, *Valor Econômico*, 2 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/financas/2774628/bce-desaponta-e-dolar-fecha-com-alta-de-024>. Acesso em 2 de agosto de 2012.
- CHAFFIN, Joshua. Retorno da Grécia ao dracma seria acidentado. *Valor Econômico*, 21 nov. 2011.
- CARVALHO, Fernando J.C.;KREGEL, Jan A. *Quem controla o sistema financeiro*.Rio de Janeiro:Ibase, 2007. Disponível em: <http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/govg-quem-controla-o-sistema-financeiro.pdf>
- COSTA, A.L.M.C. Os pacotes de Merkozy: Merkel e Sarkozy deixam o continente numa encruzilhada entre capitalismo e democracia. *Carta Capital*, ano XVII, nº676, 14 de dez. 2011.
- _____. Os idos de março. *Carta Capital*, ano XVII, nº691, 30 de março de 2012.
- DAHL, R. *Sobre a democracia*. Brasília: ed. UNB, 2009.
- ESPAÑA hace recorte en salud y educación. *CNNExpansion*, 20 de abril de 2012. Disponível em:<http://www.cnnexpansion.com/economia/2012/04/20/espana-alistas-recortes-economicos>. Acesso em 7 de agosto de 2012.
- EURO vai sobreviver, mas zona Euro continua sem solidariedade. *Sol*, 11 de outubro de 2011. Disponível em: http://sol.sapo.pt/inicio/Economia/Interior.aspx?content_id=30608. Acesso em 4 de agosto de 2012.
- EUROGROUP STATEMENT, 21 de fevereiro de 2012. Disponível em: http://consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ecofin/128075.pdf. Acesso em 21 fev.2012.
- EUROPA sela resgate de 130 bi de euros à Grécia; dúvidas persistem; *Folha de São Paulo*, 21 de fev. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1051622-europa-sela-resgate-de-130-bi-de-euros-a-grecia-duvidas-persistem.shtml>

- FARIS, Stephan. Lei trabalhista congela a economia italiana. *Bloomberg Businessweek*, 21 nov. 2011.
- FÓRUM discute a crise do capitalismo e suas alternativas. 31 jan. 2012. Disponível em: <http://somasandando.wordpress.com/tag/luiz-gonzaga-belluzzo/>
- FREITAS, P.S. A Grécia deve abandonar o euro? *Brasil, Economia e Governo*, 12 de março de 2012. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2012/03/a-grecia-deve-abandonar-o-euro.pdf>. Acesso em 9 de agosto de 2012.
- GRÉCIA: DESEMPREGO sobe e governo prepara mais despedimentos. *Esquerda.Net*, 9 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/gr%C3%A9cia-desemprego-sobe-e-governo-prepara-mais-despedimentos/24225>. Acesso em 9 de agosto de 2012.
- HABERMAS, J. *Jürgen Habermas: Está em jogo a democracia*, 27 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.presseurop.eu/pt/content/article/1106151-juergen-habermas-esta-em-jogo-democracia>. Acesso em 5 de janeiro de 2012.
- HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea R. *Oganizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- KYRIAKIDOU, Dina. Exclusive: Greece to revive public servants dismissal plan – sources. *Reuters*, 9 de agosto de 2012. Disponível em: <http://uk.reuters.com/article/2012/08/09/uk-greece-layoffs-idUKBRE8780KU20120809>. Acesso em 9 de agosto de 2012.
- MANZO, Paolo. A luta do super Mario: o presidente do BCE mostra aos líderes europeus o caminho da salvação do euro. Contudo....*Carta Capital*, ano XVII, nº709. 8 de agosto de 2012.
- MARTINS, Antonio. *Europa em crise (II): outro passo contra a democracia*; 2 dez. 2011. Disponível em: <http://rede.outraspalavras.net/pontodecultura/2011/12/02/europa-em-crise-ii-outro-passo-contr-a-democracia/>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.
- MILEV, Mihail. A ‘democratic deficit’ in the European Union?, 2004. Disponível em: <http://www.geopolitis.net/EUROPE%20EN%20FORMATION/Democratic%20Deficit%20in%20the%20European%20Union.pdf>
- MONTI alerta para risco de desintegração da zona do euro. *Agência Estado*, 2 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,monti-alerta-para-risco-de-desintegracao-da-zona-do-euro,909771,0.htm>. Acesso em 2 de agosto de 2012.
- MOREIRA, Assis. Crise faz Europa reformar as suas leis trabalhistas. *Valor Econômico*, 19 jan. 2012.
- NAVARRO, Vicenç. *¿Por qué las políticas de austeridad son profundamente erróneas?* *Público.es*, 30 de maio de 2012. Disponível em: <http://blogs.publico.es/vicenc-navarro/2012/05/30/%C2%BFpor-que-las-politicas-de-austeridad-son-profundamente-erroneas/>. Acesso em 5 de agosto de 2012.
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Relatório "Objetivo Crescimento 2012", 24 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/0/23/49711014.pdf>

- O'DONNELL, G. Democracia, agência e Estado: teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- OREIRO, J.L. Crise do euro: saída é monetária. *Valor Econômico*, 25 ago. 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniao/987196/crise-do-euro-saida-e-monetaria>. Acesso em 4 de janeiro de 2012.
- PAPANDREOU: referendo será "sim ou não ao euro"; 2 nov. 2011. Disponível em: <http://aeiou.expresso.pt/papandreou-referendo-sera-sim-ou-nao-ao-euro=f684846#ixzz1jvUCOEn8>. Acesso em 2 de janeiro de 2012.
- PAPANDREOU renuncia a cargo de premiê em discurso na TV. Folha de São Paulo, 09 nov. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1004016-papandreou-renuncia-a-cargo-de-premie-em-discurso-na-tv.shtml>. Acesso em 9 de janeiro de 2012.
- PARLAMENTO abre debate; gregos protestam contra novos cortes. *Folha de São Paulo*, 22 de fev. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1051922-parlamento-abre-debate-gregos-protestam-contranovos-cortes.shtml>. Acesso em 22 de fevereiro de 2012.
- PELICÓ, José. Continuarán dolorosas políticas de austeridad en España, dice Rajoy. *Diario de Centro América*, 3 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.dca.gob.gt/index.php/categoryblog-2/item/2091-continuar%C3%A1n-dolorosas-pol%C3%ADticas-de-austeridad-en-espa%C3%B1a>. Acesso em 4 de agosto de 2012.
- POLÍCIA reprime protesto contra pacote de austeridade em ruas de Atenas. *Agência EFE*, 12 fev. 2012. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2012/02/12/policia-reprime-protesto-contrapacote-de-austeridade-em-ruas-de-atenas.htm>. Acesso em 12 de fevereiro de 2012.
- PORTUGAL vive maior protesto dos últimos 30 anos; *Carta Maior*, 11 fev. 2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19602. Acesso em 11 de fevereiro de 2012.
- SEN, Amartya. It isn't just the euro. Europe's democracy itself is at stake. *The Guardian*, 22 jun. 2011. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/jun/22/euro-europes-democracy-rating-agencies>. Acesso em 3 de janeiro de 2012.
- SINDICATOS convocam greve geral na Espanha para o final de março. *Agência EFE*, 9 de março de 2012. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2012/03/09/sindicatos-convocam-greve-geral-na-espanha-para-o-final-de-marco.jhtm>. Acesso em 9 de julho de 2012.
- STIGLITZ, Joseph. Stiglitz: "A Europa e o euro caminham para o suicídio". Entrevista por LUKIN, Tomás e LEWKOWICZ, Javier *Carta Capital*, 10 de dezembro de 2011. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19187. Acesso em 2 de agosto de 2012.
- STREECK, W. The crises of democratic capitalism. *New Left Review*, 71, Sep.- Oct. 2011.

TRATADO da União Europeia. Versão Consolidada, 9 de maio de 2008. Disponível em; <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:12008M:PT:HTML>

VIVERET, Patrick. La paix et la démocratie sont menacées. 16 dez. 2011. Disponível em: <http://attac.artois.ternois.lens.lagohelle.org/site/index.php/post/La-paix-et-la-d%C3%A9mocratie-sont-menac%C3%A9es>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.